

Texto I - A experiência axiológica do mundo.

É sabido que o dia-a-dia nos confronta com uma série de juízos de valor. Tanto somos objecto de censuras e elogios, quanto temos também o hábito de julgar louváveis ou censuráveis as acções dos outros. Todas as pessoas costumam via de regra falar bem ou mal de outras pessoas para ajuizar a sua conduta – e geralmente falam mal. Se alguém faz algo que não parece ser correcto, em seguida é censurado por isso.

Assim, se o senhor que mora na esquina chegar a sua casa de madrugada embriagado, a vizinhança irá criticá-lo; e o mesmo ocorrerá à sua mulher se sair sozinha num sábado à noite. Analogamente, se um amigo não realiza as nossas expectativas de reciprocidade, julgamo-lo indigno da nossa amizade; e se alguém fala mal de uma pessoa, mas é cortês na sua frente, não consideramos que mereça a nossa confiança. E assim por diante.

Aparentemente formulamos esses juízos porque nos parece que tais acções são más, incorrectas ou injustas, ou simplesmente contrárias ao dever moral de respeitar os nossos semelhantes do mesmo modo que gostaríamos que nos respeitassem. Em fim, em qualquer um dos casos, porque nos parecem censuráveis.

O ponto é que todos os juízos de valor que constituem censuras morais, e que todos fazemos (muito embora não nos agrade muito ser objecto deste tipo de censuras por parte de outros), pressupõem o que vou denominar um critério de censura. Numa palavra: quem julga moralmente pressupõe estar de posse de um padrão de medida pelo qual é capaz de reconhecer acções imorais e distingui-las de acções morais. Todo aquele que emite juízos sobre a vida ou as acções de uma pessoa qualquer pretende tacitamente estar de posse de um critério claro e seguro para discernir as acções moralmente censuráveis das outras acções.

O problema é que pressupor a posse de um bom critério não é o mesmo que estar em condições de oferecê-lo e justificá-lo publicamente, o que por sua vez pode fazer com que uma censura se revele como uma mera acusação infundada.

De facto, a maioria das pessoas emite juízos morais de censura; porém, toda a vez que alguém é indagado acerca do critério de censura, ou seja, acerca das boas razões que possui para censurar a conduta de uma determinada pessoa, sempre apela em última instância para uma pretensa “evidência” que está longe de ser trivial: alega que censura esta ou aquela pessoa, esta ou aquela acção, este hábito ou aquele acto, “porque é incorrecto”, “porque atenta contra os bons costumes”, “porque infringe as leis de Deus”, “porque sente que é errado”, etc.

Afirmar isto significa admitir implicitamente que em princípio não se é capaz de oferecer um bom critério para distinguir o censurável do que não o é, uma vez que diferentes pessoas, grupos, épocas ou culturas poderiam considerar de modo muito diferente “isso” que a pessoa em questão “sente que é errado”, ou seria “incorrecto”, ou atentaria “contra os bons costumes”, ou contra “as leis de Deus”. Poder-se-ia achar exactamente o contrário, e não é difícil imaginá-lo porque é o que acontece todos os dias: ninguém parece estar em condições de demonstrar que aquilo que acha moralmente errado é de fato errado para todos. E não parece haver nenhuma razão pela qual devêssemos preferir uma ou outra consideração em detrimento das outras. Toda a gente sabe que nem tudo que é bom, justo ou correcto para mim é necessariamente bom, justo ou correcto para os outros. Porém, *admitir um critério moral que só servisse para mim, o meu grupo ou a minha cultura, e censurar moralmente os outros com base nele, seria tão patético (de tão injustificado) como jurar que os japoneses são imorais porque comem peixe cru ou confessar que todos os russos são imorais porque não usam calções e vestem casacos grossos.*

Juan A. Bonaccini

Texto II - Juízos de facto e juízos de valor

Se dissermos: “Está a chover”, estaremos a enunciar um acontecimento constatado por nós e o juízo proferido é um **juízo de facto**. Se, porém, dizemos: “A chuva é boa para as plantas” ou “A chuva é bela”, estaremos a interpretar e avaliar o acontecimento. Nesse caso, proferimos um **juízo de valor**.

Os juízos de facto são aqueles que dizem o que as coisas são, como são e por que são. Na nossa vida quotidiana, mas também na filosofia e nas ciências, os juízos de facto estão presentes. Por outro lado, os juízos de valor - avaliações sobre coisas, pessoas e situações - são proferidos na moral, nas artes, na política, na religião.

Os juízos de valor avaliam coisas, pessoas, acções, experiências, acontecimentos, sentimentos, estados de espírito, intenções e decisões como bons ou maus, desejáveis ou indesejáveis.

Os juízos éticos de valor são também **normativos**, isto é, enunciam normas que determinam o **dever ser** dos nossos sentimentos, dos nossos actos, dos nossos comportamentos. São juízos que enunciam obrigações e avaliam intenções e acções segundo o critério do correcto e do incorrecto.

Os juízos éticos de valor dizem-nos o que são o bem, o mal, a felicidade. Os juízos éticos normativos dizem-nos que sentimentos, intenções, actos e comportamentos devemos ter ou fazer para alcançarmos o bem e a felicidade. Enunciam também que actos, sentimentos, intenções e comportamentos são condenáveis ou incorrectos do ponto de vista moral.

Como se pode observar, senso moral e consciência moral são inseparáveis da vida cultural, uma vez que esta define para os seus membros os valores positivos e negativos que devem respeitar ou detestar.

Qual a origem da diferença entre os dois tipos de juízos? A diferença entre a Natureza e a Cultura. A primeira, como vimos, é constituída por estruturas e processos necessários, que existem em si e por si mesmos, independentemente de nós: a chuva é um fenómeno meteorológico cujas causas e cujos efeitos necessários podemos constatar e explicar.

Por sua vez, a Cultura nasce da maneira como os seres humanos se interpretam a si mesmos e às suas relações com a Natureza, acrescentando-lhe sentidos novos, intervindo nela, alterando-a através do trabalho e da técnica, dando-lhe valores. Dizer que a chuva é **boa** para as plantas pressupõe a relação cultural dos humanos com a Natureza, através da agricultura. Considerar a chuva **bela** pressupõe uma relação valorativa dos humanos com a Natureza, percebida como objecto de contemplação.

Frequentemente, não notamos a origem cultural dos valores éticos, do senso moral e da consciência moral, porque somos educados (cultivados) para eles e neles, como se fossem naturais, existentes em si e por si mesmos. Para garantir a manutenção dos padrões morais através do tempo e sua continuidade de geração a geração, as sociedades tendem a naturalizá-los. A naturalização da existência moral esconde, portanto, o mais importante da ética: o facto de ela ser criação histórico-cultural.

Marilena Chauí

Actividades:

- 1 - Responda à seguinte questão, a partir da leitura dos textos: o que são e para que servem os valores?
- 2 - Podemos prescindir dos valores na nossa vida? Justifique a sua resposta.
- 3 - Distinga Juízos de facto de juízos de valor.